

POLÍTICA NEOLIBERAL E SAÚDE DOCENTE: CORPOS E SUBJETIVIDADES RESIGNIFICADAS PELO AVANÇO DO CAPITAL

Revan Araújo de Souza
revan.araujo@unifap.br

Norma-Iracema de B. Ferreira
normairacemaunifap@gmail.com

Selma Gomes da Silva
selma@unifap.br

A questão-problema eleita para este estudo indaga: de que forma os avanços das políticas neoliberais têm repercutido no fazer e na saúde do docente de Instituições Federais de Ensino Superior? O objetivo é compreender de que forma o avanço das políticas neoliberais tem repercutido no fazer e na saúde do docente de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A metodologia consiste em pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, que se utiliza dos seguintes descritores: trabalho docente, políticas neoliberais, saúde-doença, subjetividade, precariedade, localizados na plataforma eletrônica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na biblioteca *online Scientific Electronic Library (SciELO)*. Resultados preliminares indicam a tendência pós-fordista de transformar a atividade intelectual em ferramenta de produção, sujeita, portanto, aos mesmos artifícios da produção material, mantendo forte conexão com o mal-estar e toda sorte de sofrimentos imputados aos trabalhadores da Educação Superior, podendo-se concluir que tais condições afetam sobremaneira nos corpos e subjetividades docentes. No contexto de precarização das condições de trabalho, mal-estar e sofrimentos infligidos aos trabalhadores modernos, sob a narrativa de torná-los, *a ferro e fogo*, resistentes à liquefação do trabalho, emerge o conceito de *precariedade subjetiva*. (LINHART, 2013). A autora menciona que tal fenômeno se ramifica para os trabalhadores estáveis (servidores públicos) e se estabelece à medida em que estes, pressionados a produzirem em maior escala, veem-se obrigados

a provar o seu valor e sua capacidade em meio à competitividade entre seus pares e ao culto à produção nos limites do intolerável. Nessa linha de abordagem o presente estudo enfatiza a atuação do professor no processo de *imaterialização* da força de trabalho. Conforme Lazzarato e Negri (2001), o processo em tela coloca-se no limiar imponderável entre a Academia – *locus* de produção de conhecimentos socialmente úteis – e a ofensiva neoliberal, com seu potencial de transformar o meio acadêmico em território insalubre, marcado pela precariedade e pela disputa espaço-poder. Em pesquisa efetuada por Silva (2018), na rede pública estadual de ensino do Amapá, ficou constatado que estudos voltados à compreensão do processo saúde-doença de professores têm sido frequentes no Brasil. Isso especialmente a partir dos anos 1990, período em que se intensificaram as reformas político-educacionais de alinhamento da educação brasileira às exigências do mercado internacional. Desse modo, a referida categoria profissional desponta entre as mais estudadas quanto à relação entre o trabalho e o acometimento de doenças físicas e mentais. A autora apontou que a depressão, a ansiedade, o estresse e a síndrome de *Burnout* são tipos de adoecimentos que mais afetam o trabalhador docente. Seguindo essa linha de raciocínio, Farias Júnior (2015) assevera que o labor docente, face à sua precarização, guarda íntima relação com o quadro de adoecimento apresentado por professores. A investigação do autor revela que no conjunto das principais doenças físicas que acometem a categoria docente destacam-se as afecções relativas a cordas vocais, e no rol de doenças mentais, o estresse e a síndrome de *Burnout*, o que leva a concluir que a precarização, circunscrita à problemática do emprego e às relações de trabalho, causam impacto diretamente no esfacelamento sindical, na perda de direitos e no fazer diário dos trabalhadores docentes. Em prosseguimento à abordagem do tema, Farias Júnior (2015, p. 212) afirma que esses sujeitos, “em decorrência do processo de acumulação ampliada do capital, sentem no corpo e na alma a deterioração das condições de trabalho, bem como uma sensível danificação das condições objetivas e subjetivas de existência.” Por seu turno, Oliveira, Pereira e Lima (2017), ao investigarem na literatura da última década os tipos de adoecimentos mais prevalentes em docentes

universitários do ensino público, constataram a predominância dos tipos psicossomáticos, seguidos pelos psíquicos e, por fim, os adoecimentos e sintomas físicos. Os autores advertem para a sobreposição das desordens de caráter subjetivo e apontam no sentido da invisibilidade que cerca os problemas relativos à saúde destes trabalhadores, alertando para o perigo de essa problemática se naturalizar, face à reestruturação do mundo do trabalho, assumindo a condição de efeito colateral inerente à política neoliberal que avança sobre os corpos e subjetividades daqueles que estão submetidos à sua lógica. Lim e Lima-Filho (2009) informam que o consequente adoecer da classe trabalhadora levou o Ministério da Saúde a editar Manual sobre Doenças Relacionadas ao Trabalho (BRASIL, 2001), disciplinando as notificações e investigações epidemiológica acerca das patologias associadas ao trabalho. No Manual estão incluídas lesões por esforços repetitivos, doenças osteomusculares conexas ao trabalho e distúrbios mentais, dentre outros. Com base na literatura consultada, percebe-se que o campo de disputa no qual o ensino público vem se transformando, fornece pistas de que a precarização das condições de trabalho e de saúde daqueles que nesse território labutam, integram um processo cuja complexidade escapa ao alcance de uma observação superficial, permanecendo obscuro o âmago da questão. O que se vê neste momento, pode equivaler ao reflexo de uma luta de classes diferenciada, em que se avança para além do desgaste físico e das amarras estruturais impostas aos corpos e à subjetividade dos trabalhadores, que assim têm seu psiquismo afetado, contraindo distúrbios psicossomáticos, o que enseja a necessidade de resistência à resignificação que o avanço do capital vem impingindo à classe trabalhadora. Na conjuntura atual, transparece que ao se subjugar tradicionais defesas, parte-se ao domínio da última fronteira do trabalhador: “capturar” a subjetividade dos poucos que ainda resistem ao flerte malicioso do capital. Simbolicamente, os docentes que labutam nos espaços públicos representam um dos últimos baluartes de resistência ante a marcha avassaladora do imperialismo moderno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho**: Manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília, DF: MS; OPAS, 2001. (Série A - Normas e Manuais Técnicos, 114). Disponível em: <http://renastonline.ensp.fiocruz.br/recursos/doencas-relacionadas-trabalho-manual-procedimentos-os-servicos-saude>.

FARIAS JÚNIOR, Raimundo Sérgio de. **A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis**. Belém: Açáí, 2015.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Introdução de Giuseppe Cocco. Tradução Monica de Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LIM, Maria de Fátima E. M.; LIMA-FILHO, Dario de O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição**, v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. Tradução Fernanda Murad Machado. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 45-54.

OLIVEIRA, Amanda da S. D.; PEREIRA, Maristela de S.; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 3, p. 609-619, 2017.

SILVA, Selma Gomes da. **Travessias entre a sala de aula e o consultório**: trajetórias docentes, adoecimento e narrativas de sofrimento psíquico de professores no Amapá. Macapá: UNIFAP, 2018.